

16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

CALABAR: UMA RELEITURA DOS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS

Ana Claudia de Jesus Barreto¹

Resumo: A população negra nas cidades brasileiras vem enfrentando, apesar o fim do período da escravidão, o racismo, que se expressa de diversas maneiras, e, nesta discussão, a expressão é a luta pelo direito de morar. Este trabalho defende que os quilombos contemporâneos estão representados nos espaços de luta pela terra, configurados nas favelas e assentamentos precários, locais de alta concentração de negros.

Palavras-chave: Negro, Quilombo, Moradia, Questão Urbana, Direito, Racismo.

Abstract: The black population in Brazilian cities has faced despite the end of the period of slavery racism that is expressed in different ways and in this discussion, the expression is the struggle for the right to live. This work argues that the contemporary quilombos are represented in the spaces of struggle for the land, configured in favelas and precarious settlements, places of high concentration of blacks.

Keywords: Black, Quilombo, Dwelling, Urban Issues, Law, Racism.

Introdução

O Calabar é um bairro localizado numa região de alta renda na cidade de Salvador, composto por uma população majoritariamente negra e, desde a década de 70, tornou-se alvo de especulação imobiliária. Em vista da ameaça de expulsão, os moradores, através da iniciativa dos jovens da comunidade, começaram a se mobilizar para defender o seu direito à cidade e à moradia. Travaram um longo percurso enfrentando o poder público e o mercado imobiliário até conquistarem as melhorias urbanas, a permanência e o direito à terra.

A população negra e pobre nas cidades brasileiras vem enfrentando, apesar do fim do período de escravização, o racismo, que se expressa de diversas maneiras, e, nesta discussão, a expressão é a luta pelo direito de morar. Sendo assim, este trabalho, que é resultado da tese de doutorado, estabelece um paralelo ou uma representação entre os quilombos à época do período escravocrata e os locais de moradia da população negra, configurados nas favelas e assentamentos precários e a trajetória de luta estabelecida contra a especulação imobiliária que não mede esforços para que seus interesses capitalistas se sobreponham à vida humana. Se antes era a luta pela liberdade e contra o regime de escravidão, hoje a luta é pelo direito à cidade e à terra.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: <acbarreto@oi.com.br>.

Para sustentar essa defesa, o bairro Calabar foi objeto de pesquisa deste trabalho por alguns motivos, dentre eles, a sua localização geográfica. Está no meio da elite metropolitana, entre os bairros de alta renda, como Barra, Ondina e Jardim Apipema. Devido a essa localização, é considerado como um bairro pobre, que é cercado de riqueza por todos os lados. Outro motivo é a trajetória de luta dos seus moradores, que resistiram contra o capital imobiliário, o racismo e o poder público pela sua permanência no lugar e pelo direito à moradia.

O Calabar, neste trabalho, é entendido como a representação de um quilombo, porque é indesejado pela elite branca do seu entorno. Os moradores, por serem negros e pobres, são estigmatizados como classe perigosa e, diante ao risco de remoção, foram resistentes até alcançarem a permanência no lugar e as melhorias habitacionais. Segundo dados do IBGE (2010), a população do Calabar estava estimada em 6.484 habitantes, distribuídos entre 9,81% brancos, 43,43% pretos 1,17% amarelos, 45,06% pardos e 0,52% indígenas.

A história do(a) negro(a) no Brasil é uma história de resistência contra todas as formas de opressão, de violência dos seus corpos, da sua cultura, dos seus valores, desejos, emoções e da liberdade. A trajetória do Calabar reafirma essa resistência contra a sociedade racista, hierarquizada, segregacionista, que exclui os indesejáveis que estão nas cidades e que tem “cor” e endereço geográfico.

Entretanto, os moradores do Calabar foram contra a ordem urbanística planejada para atender os interesses das classes hegemônicas. Desafiaram os interesses do mercado imobiliário e o poder público, através da organização da associação de moradores e enfrentamento com os gestores públicos nas reuniões, pressionando-se pelas melhorias urbanas na comunidade através das passeatas, implantação de grupos de estudos, de teatro e, por fim, com a construção da Escola Aberta, posto de saúde e uma Creche comunitária, tendo a participação ativa das mulheres, as quais, inclusive, foram as idealizadoras desses equipamentos públicos.

1 Do Quilombo dos Kalabari à formação de bairro proletário: a luta pela melhoria do habitar

A história do bairro Calabar é emblemática como tantas outras histórias da população negra e pobre situada nas cidades brasileiras. Dentre as várias lutas travadas, encontra-se a da moradia e permanência no lugar que se encontra, pois, por mais precário que seja o lugar em decorrência da ausência ou da precariedade dos serviços públicos e da escassez de infraestrutura, é a saída encontrada para satisfazer a necessidade humana de habitar, de abrigar e de se proteger.

Existem duas versões que explicam o aparecimento do bairro. A primeira está relacionada à época da escravidão. Esse fato veio à tona quando houve um levantamento histórico realizado por técnicos da prefeitura. Na ocasião, o historiador Cid Teixeira informou que os escravizados trazidos do norte da Nigéria, de uma área denominada Kalabari, ao fugirem dos senhores dos engenhos, formaram um quilombo na faixa de terra onde hoje está situado o bairro e que se chamava “Quilombo dos Kalabari”. Segundo Conceição (1984), essa descoberta fortaleceu o bairro, já que antes, à época da escravidão, era um símbolo de resistência dos ancestrais africanos e hoje representa um símbolo “de resistência ao neoescravismo do século XX, quando um punhado restrito de pessoas tudo possui e as multidões sequer têm o direito de possuir um pedaço de terra.” (CONCEIÇÃO, 1984, p. 22).

Esses dados estão disponíveis na página eletrônica da Fundação Gregório de Mattos², que confirma essas informações:

Segundo o historiador Cid Teixeira, alguns escravos trazidos de uma região da África, chamada de Kalabari (atual Nigéria), se refugiaram e construíram um Quilombo (Quilombo dos Kalabari) onde, hoje, está o bairro do Calabar. (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS, 2018).

Apesar dessa afirmação, não existe nenhuma manifestação de intenção dos moradores para conquistar o reconhecimento do território enquanto remanescente de quilombola. A luta pela propriedade da terra sempre foi a centralidade da mobilização comunitária, em decorrência das constantes ameaças de remoção, e a confirmação dessa informação resolveria a questão do direito à propriedade. Contudo, fica um hiato: por que os moradores reconhecem essa origem, conforme consta no livro de Fernando Conceição (1984), mas não se movimentaram para abrir um processo de certificação?

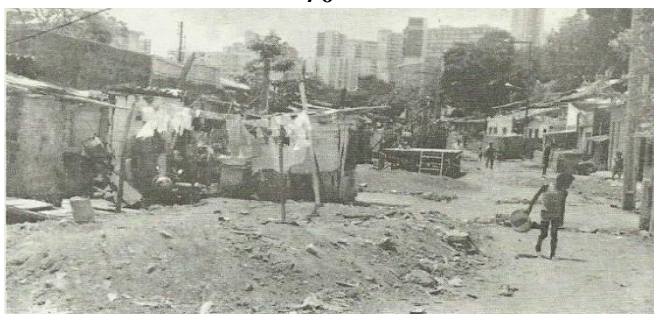
A segunda versão é a de que o local era uma antiga fazenda, chamada Fazenda São Gonçalo, e que, no final da década de 1940, segundo os moradores mais antigos, começou a ocupação. Há entre esses moradores quem dispute para garantir quem foi o primeiro morador do bairro. Outros apontam que a formação do bairro iniciou a partir da década de 50 e somente no final da década de 60 ocorreu um adensamento populacional com a chegada dos moradores de outras ocupações, que foram expulsos dos seus locais de moradias para dar lugar às construções de hotéis e de conjuntos habitacionais destinados à classe média e às construções de alto padrão, pois, como afirma Kowarick (1979, p. 82), “as transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade”.

² Disponível em: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=9&cod_polo=9>. Acesso em: 5 jan. 2019.

[...] diversas invasões próximas ao Calabar cederam lugar às ambições políticas administrativas do prefeito, que no lugar dos barracos passou o trator para abrir estradas ou construir imponentes hotéis cinco estrelas, como fizeram com a invasão “Bico de Ferro”, na Ondina. [...] Uma outra comunidade de gente proletária que circunvizinhava o Calabar – o bairro do Mirante – também nessa época cedeu às investidas de algumas imobiliárias. [...] O Calabar foi sendo cercado por edifícios e belos casarões. Cada dia era mais espremido pelas construções das grandes imobiliárias. Enfim, já se podia prever o destino desse bairro (CONCEIÇÃO, 1984, p. 22-23).

Somado a esse grupo, há ainda os migrantes que saíram das áreas rurais, rumo à capital em busca de emprego. Contudo, nem sempre a expectativa de emprego corresponde à realidade, ou seja, a oferta de empregos urbanos não corresponde ao ritmo dos migrantes, resultando desse processo bairros de extrema pobreza, como, por exemplo, as denominadas favelas (CAMPOS FILHO, 1992).

Foto 1 - Condições habitacionais do bairro Calabar na década de 70



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 29).

2. A mobilização e a resistência comunitária

A luta dos moradores junto ao poder público para reconhecer as necessidades básicas do bairro, como água, luz, esgotamento sanitário, e, também, da legalização da posse da terra teve início quando um grupo de jovens entre 14 e 21 anos, motivados por uma gincana e após o seu término, criaram, em 12 de setembro de 1977, o Grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC).

A partir de então, esses jovens começaram a discutir os problemas do bairro em reuniões apropriadas, envolvendo os moradores interessados na melhoria do bairro, que era considerado uma comunidade de doentes devido às condições insalubres, moradias extremamente precárias, esgoto a céu aberto, no qual era comum as crianças caírem e ingerirem lama e água contaminada. Segundo Conceição (1984), as mães achavam que seus filhos estavam gordinhos ao verem suas barrigas inchadas e grandes, mas, na verdade, o Calabar não passava de uma “comunidade doente, sem assistência nenhuma dos poderes públicos”. (id, 1984, p. 24).

[...] Com a combinação entre processo de urbanização da pobreza e a inserção precária desses moradores na cidade, os bens e serviços públicos que melhoram a condição da urbanidade dos bairros tornam-se uma das mais importantes demandas populares, levando a mobilização locais relacionadas a moradia, transporte, saúde, saneamento etc. (ROLNIK, 2015, p.181).

A formação do JUC foi fundamental para a mobilização da comunidade, que se sentia apática e desesperançosa frente ao descaso do poder público. Porém, no dia 08/06/79, dois meses após receber a comissão de moradores em seu gabinete, o prefeito à época, Mário Kertész, visitou a comunidade, que ele dizia desconhecer, e um dos membros do JUC, o jovem Fernando Conceição, leu o documento preparado para aquela ocasião e um dos trechos dizia:

[...] E por que o governo não cuida da rua que a ele pertence? Ou melhor, por que não cuida do seu povo, pois aqui já não falamos da rua, mas de gente pobre e humilde – contudo trabalhadora – na qual não se pode depositar toda a culpa desse mal social, que é a falta de habitação no nosso país (CONCEIÇÃO, 1984, p. 43).

Desde o surgimento da comunidade, nenhuma autoridade pública havia visitado o local. Depois do cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, foi à vez do prefeito Mário Kertész, que se comprometeu em realizar obras de melhorias, delegando, assim, um assessor para mediar a relação entre a comunidade e a prefeitura. As primeiras medidas foram: a retirada de 50 toneladas de lixo acumulado por muitos anos, iluminação, conserto e implantação de pontes de madeira. Essas medidas foram consideradas de curto prazo.

O primeiro ato público ocorreu na véspera da visita a Salvador do Presidente do Brasil, o então João Figueiredo, causando assim uma tensão muito grande entre o prefeito, seu assessor e a comunidade. Com cartazes nas mãos com frases de “Abaixo à tapeação”, “Cinco mil pessoas, três mil crianças na Calabar não têm esgoto, nem água”, sessenta moradores caminharam até a sede da Secretaria de Segurança Pública para pressionar o poder público. Para Rolnik (2015), no Estado que é considerado como o “Estado que não chega” ou o “Estado ausente” existe uma expressão da presença do Estado nos territórios de pobreza, através dos processos de formação, consolidação e remoção desses territórios.

No caso do Calabar, o poder público municipal estava consolidando uma ocupação ilegal. Na análise da autora, existe uma relação complexa entre o sistema político-eleitoral e as pressões dos moradores dos bairros precários. Mário Kertész era um prefeito biônico³, resultado da ditadura militar ainda vigente. Penso hipoteticamente que, apesar dele não depender do voto popular e sim de indicação política, a sua

³ Todo titular que assumia o poder sem passar pelo sufrágio universal. A escolha partia de critérios das autoridades do Distrito Federal.

decisão em promover as ações de curto e longo prazo no Calabar pode ter sido uma estratégia para evitar um desgaste na composição política da cidade, que era liderada pelo governador do Estado, que, à época, era Antônio Carlos Magalhães (ACM). Dessa forma, “o território popular [...] permanentemente é investido pelo mundo da política, que ali espera receber o prêmio por parte daqueles que, por seu intermédio, foram seletivamente beneficiados com recursos públicos.” (ROLNIK, 2015, p. 182).

Foto 2 - Passeata dos moradores do Calabar no dia 11 de maio de 1981



Fonte: CONCEIÇÃO, Fernando (1984, p. 48).

Na fala de Conceição (1984), fica muito clara essa relação e jogo de interesses, ou a trama urbana, quando relata que:

Das centenas de bairros populares de Salvador, apenas um ou dois tem sua situação fundiária regularizada. Um caso particular é o bairro do Beiru, relativamente novo, que desapropriado no início do segundo governo de Antônio Carlos Magalhães. Quem desapropriou e patrocinou a titulação da posse dos moradores daquela localidade foi o próprio governador, que tinha grandes interesses eleitoreiros na área (CONCEIÇÃO, 1984, p. 150).

Na década de 80, foi fundada a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, a qual organizou uma passeata com o objetivo de cobrar as reivindicações que não foram cumpridas pelo prefeito até aquele momento, tendo como ponto de partida o próprio Calabar e indo em direção à sede da prefeitura, percorrendo um total de 20km. Os moradores exigiram a presença do prefeito, que se recusou a recebê-los e estrategicamente tentou fazer com que os moradores conversassem com seus assessores, proposta que foi recusada. No final, mesmo não sendo recebidos pelo prefeito, os moradores se sentiram vitoriosos pelo efeito que causaram e, ao mesmo tempo, refletiram que jamais haviam participado de uma mobilização como aquela e desabafaram sobre a opressão que são vítimas (CONCEIÇÃO, 1984).

À medida que os moradores do Calabar se organizavam para enfrentar o poder público, entendendo que tinham o direito à moradia adequada com acesso às condições básicas de existência, considero sinal de amadurecimento de consciência de classe, enquanto classe trabalhadora e grupo racial a partir das experiências comunitárias. Demonstraram, assim, que estavam dispostos a lutar por uma cidade justa, por um

governo que distribuísse de forma justa os recursos públicos e assim o enfrentou. Esse enfrentamento com o poder público nunca foi amistoso, com exceção do primeiro encontro na comunidade e, posteriormente, puderam sentir o peso do autoritarismo do prefeito Mário Kertész. À medida que crescia a ousadia e resistência dos moradores do Calabar, o chefe do executivo tornava-se mais agressivo e intransigente, conforme diálogo ocorrido numa das reuniões com um dos representantes da JUC, Fernando Conceição:

MK- Sou autoridade. Exijo respeito...

FC - Ai eu lhe disse:

FC - Mas senhor prefeito, o senhor está gritando com a gente.

MK- É assim mesmo. Se não gostou, dê seu jeito.

FC- Perguntei se acaso a gente o tratasse daquela mesma forma, com aquele mesmo tom de voz, o que aconteceria?

MK -Eu mando lhe prender! – ameaçou.

FC- E eu disse franca mais ironicamente que sentia até medo. (CONCEIÇÃO, 1985, p. 79).

3. Das pedras também nascem flores

Em meio à aspereza de morar num lugar onde de tudo faltava para uma vida digna, além de serem considerados como ralé da sociedade, invisíveis ao olhar do poder público, o povo negro do Calabar, por mais de 30 anos, resistiu ao descaso e à hostilidade do seu não reconhecimento enquanto sujeito de direito, até começar a se tornar uma pedra no meio do caminho dos gestores públicos à frente da prefeitura de Salvador e da vizinhança do entorno. Logo, outro processo de resistência e luta se estabeleceu, pois, motivados pelos jovens que acreditavam que poderiam mudar aquela realidade dura e hostil, partiram para o enfrentamento contra os interesses hegemônicos, do capital imobiliário e do poder público.

A estratégia de resistência da comunidade do Calabar, em meio à longa trajetória de espoliação urbana, entendida por Kowarick (1979) como sendo o somatório de extorsões que se opera por meio da ausência ou pela precariedade de serviços de consumo coletivo e que são necessários para o mínimo da sobrevivência humana, foi, de certa forma, motivada pela origem histórica do local ter sido um quilombo à época da escravidão. Sendo assim, essa memória precisava ser mantida, a fim de que resistissem às “ameaças de destruição da identidade sócio-comunitária” (CONCEIÇÃO, 1984:22). Apesar de não ser reconhecido como um quilombo urbano, os moradores do Calabar se identificam com a história passada e criaram uma identidade de luta e resistência que remete aos seus antepassados que outrora lutaram contra o domínio dos seus corpos, pela liberdade e hoje a luta se faz pela terra, pela moradia e pelas condições mínimas de sobrevivência.

Uma comunidade que, reconhecida como “bem organizada” pelos gestores públicos no sentido da persistência pelas melhorias urbanas no bairro, demonstrou, através da ação coletiva, da solidariedade comunitária e da resiliência contra a opressão, o descaso e a violência institucionalizada através dos aparelhos de coerção do Estado, que somente através do coletivo é possível a construção de outra sociabilidade que vá além da lógica predatória e consumista que remove parcelas significativas de um lugar para o outro nas cidades para atender aos interesses inumanos do capital.

A participação das mulheres nesse espaço de luta foi bastante significativa. As mulheres criaram um “Grupo de Mulheres” dentro da Associação. Era um espaço onde podiam falar dos seus problemas, fortalecer a autoestima e lutar por seus direitos. Nesse movimento de trocas, buscavam soluções coletivas e, a partir das necessidades percebidas, foram à luta pela construção da Escola Aberta, a Creche Comunitária e o Posto de Saúde. O grupo iniciou com 28 mulheres e, no final da construção da creche, tinha apenas 8 mulheres. Muitas desistiram porque não acreditavam que iriam conseguir concretizar as construções. Um pouco dessa luta transparece na fala da moradora Idalice.

Naquele tempo o Calabar não tinha nada, não tinha política, os donos do Calabar era a gente [...] a gente lutou, lutou. A gente ia para o Palácio da Aclamação, nego jogava bomba, a gente corria e depois voltava de novo [...] Pra fazer a Escola Aberta todo mundo ajudou. Arrumou um bloco para armar a escola. Juntamos com as voluntárias para fazer a creche do Calabar. Os meninos aqui era tudo perebentos [...] aqui era uma morreção de crianças [...] quando abriu o posto os meninos tudo bonitinhos [...] morria muita criança de febre tifo, febre amarela. (D. Idalice).

A comunidade também possui uma biblioteca comunitária com um acervo de 6.220 livros e a frequência de 120 leitores/mês. Os projetos atuais desenvolvidos são: Formação de leitores no Calabar (Arte todo dia), Ponto de Cultura Calabar (SECULT/MINC), Direito à Leitura – Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador (Fundação Itaú). A biblioteca também administra o Projeto de Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, intitulado “Desenvolvimento de Redes”.

“Estamos aqui para gerir, mas o espaço é da comunidade”, afirma Rodrigo, que é um dos jovens que está presente desde a origem da biblioteca e é um dos seus gestores da. Quanto à importância das atividades da biblioteca na construção de identidade racial e comunitária, Rodrigo afirmou que contribui para essa formação e trouxe um relato pessoal, demonstrando que acompanhar a luta dos jovens do JUC e participar também de algumas mobilizações o ajudou na formação da sua identidade comunitária.

Eu lembro que eu participei com 13 ou 14 anos das manifestações que teve aqui no Calabar pra conseguir a área de lazer que a gente tinha lá na Ondina,

que virou um prédio. A gente participou de uma grande manifestação a polícia veio e deu porrada em todo mundo. Eu criei identidade muito forte no Calabar porque não sei, acho que meus vizinhos que participavam ativamente do movimento do JUC. Então, eu vi muita coisa do Calabar. Já tinha uma admiração enorme quando comecei a estudar muita coisa do Calabar desde adolescente, fui participando de um monte de projetos aqui. (Rodrigo, gestor da Biblioteca do Calabar).

Posto de Saúde, Escola e Creche	Biblioteca Aberta do Calabar
	
<p>Fonte: Foto da autora. Em 14 de jan de 2019</p>	<p>Fonte: Foto da autora. Em 14 de jan de 2019</p>

4. Quilombo e favela: a (re)afirmação da resistência do povo preto

Para Campos (2007), o quilombo é o espaço transmutado nos cortiços e nas favelas, considerando que, no século XX, a favela representa, para a sociedade republicana, o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Ambos, historicamente, vêm guardando as classes perigosas. O quilombo era uma ameaça para o Império e as favelas passam a ser indesejadas no período republicano. Por esse motivo, Carril (2006) entende que, na modernidade, ocorre o reaparecimento de mecanismos antigos de exploração da força de trabalho e de realidades reprimidas que possuem conteúdos étnico-raciais. Reaparecer não significa que deixou de existir e sim que sempre foi uma “condição presente do refazer a acumulação primitiva no capitalismo brasileiro” (id; *ibid*; p. 209).

A vivência das desigualdades sociais se dá no cotidiano e nos espaços onde são reproduzidas as relações sociais. É privilégio nessa discussão o espaço de moradia – a periferia, a favela, os assentamentos precários etc., como espaços que abrigam uma parcela majoritária da população negra e que defendo como sendo uma representação do quilombo. Anteriormente, era o quilombo e hoje são os espaços precários de moradia que abrigam a população pobre e negra. Essa relação está embebida de significados e expressa também na contemporaneidade o lugar que o poder hegemônico relega, confina e segrega esse grupo racial.

O quilombo e a periferia estão associados à evidência pela presença da favela. Imaginário quilombola é restaurado com a luta do negro brasileiro pela inclusão e é assim que aparece na linguagem do rap. O quilombo era o território dos libertos no sistema escravista, em que eles podiam ser recriados como cidadãos, em oposição ao cativo, como participantes das relações sociais por meio de outra identidade territorial. A favela como sinônimo de exclusão social, localizada na periferia, traduz uma territorialidade dos que foram desterritorializados, pois estamos falando de uma terra de migrantes (CARRIL, 2006, p. 178).

Resistir é um projeto de vida da população negra e pobre que luta pela sua existência – resistir para existir numa sociedade construída com base na hierarquização a partir do critério da cor que define quem deve ou não ter acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente ou quem deve ou não viver. Segundo Berth Joice⁴ (2019), os espaços das cidades são o reflexo das hierarquias raciais, que são dadas pelo sistema sociopolítico, e o racismo desenhou cidades excludentes e segregacionistas, reforçando, dessa forma, a supremacia branca como forma de poder predatório.

Carril (2006) fez uma abordagem da manifestação do *rap* como uma forma de linguagem que informa a realidade a partir de um território na cidade segregada. A autora entende que as letras são um enfrentamento do segregado com a exclusão que lhe é imposta. É uma forma de comunicação e de pensar o mundo a partir da vivência da busca do significado da história do negro no Brasil: “querem nos destruir, mas, não, mas não vão conseguir, se aumentam a dosagem nós iremos resistir, evoluir, não se iludir com o inimigo que transforma cidadão em bandido [...]”⁵.

Conforme Paixão (2003), a exclusão social vivida por negros(as) desmente por completo o mito de que as peculiaridades do nosso meio sejam indiferentes à cor ou à etnia, levando-o a questionar as orientações das políticas públicas e das pesquisas sociais que insistem em ignorar os problemas vivenciados pelos negros no Brasil.

A negação ao direito é a regra, a exceção é a concessão – em razão da pressão realizada pelos movimentos sociais e da resistência da população negra no interior das formas espaciais, seja nas favelas e periferia, pelo poder hegemônico, como uma estratégia de manutenção do projeto político de sociedade, que deixa descoberto as injustiças sociais. Por isso, o projeto de quilombo sempre reaparecerá enquanto o mito da democracia racial encobrir a realidade das desigualdades raciais no Brasil.

⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/?utm_medium=ppc&utm_source=onesignal&utm_campaign=push&utm_content=onesignal>. Acesso em 25 de abr de 2019.

⁵Trecho da música Anticamente Quilombo, hoje periferia. Banda Z´África Brasil. Disponível em:<<https://www.letras.mus.br/zafrica-brasil-musicas/186764/>>. Acesso em 03 de jan de 2019.

Sendo assim, o quilombo de ontem é representado na periferia, nas favelas, nos assentamentos subnormais de hoje, os quais considero como quilombos contemporâneos, porque guardam uma semelhança chamada resistência, que é o fio condutor para a discussão aqui levantada.

Os seus becos, vielas e as moradias modestas guardam histórias de vida das mais diversas e uma trajetória de exclusão permanente do processo civilizatório. A foto seguinte ilustra as conquistas alcançadas pela comunidade do Calabar (Escola, Creche e Posto de Saúde) ao longo da trajetória de resistência contra a opressão branca. Não foram conquistas cedidas pelo Poder Público, mas resultado da soma do esforço coletivo através de valores democráticos, solidários e culturais que culminaram com a materialização de cada equipamento social que hoje atende às necessidades dos moradores pelo menos nas áreas básicas, como educação e saúde⁶.

Isso é quilombismo, segundo a definição de Abdias Nascimento. Uma comunidade que resiste ao longo do tempo contra a exploração de classe e contra a sua remoção de uma área valorizada pelo capital, demonstrando que ser negro e pobre na sociedade brasileira requer um esforço coletivo para existir dentro da ordem branca que, nesse caso, significa a imposição da trajetória de exclusão pela inclusão precária no circuito do consumo dos bens e serviços ofertados.

Conclusão

Ao pesquisar sobre o bairro Calabar, foi possível compreender o processo de resistência comunitária que culminou com a conquista da permanência na terra e melhorias urbanas. Ao mesmo tempo, é possível fazer uma correlação dessa resistência com aquela dos escravizados nos quilombos pelo seu significado histórico contra a ordem escravista. Por essa razão, levanto a defesa a partir de uma representação de que toda comunidade que resiste ao processo de expulsão, desapropriação e remanejamento deve ser considerada um quilombo contemporâneo.

O quilombo contemporâneo, considerado para os fins dessa pesquisa, é, portanto, caracterizado pela forte presença de negro(as) que se identificam com a história dos seus antepassados, possuem uma identidade negra e resistem contra a lógica branca imposta para retirá-los do seu território. Outro elemento que precisa ser acrescentado a essa discussão é a longa trajetória de espoliação e direito à terra.

⁶ Os moradores fizeram queixas com relação à falta de médico para atender a comunidade. No período da entrevista, em janeiro de 2019, apenas havia uma médica para atender os pacientes. A administração do Posto de Saúde é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salvador.

Ao analisar as violações dos direitos humanos, como o não acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, água e luz, que a comunidade do Calabar foi privada antes da luta por estes serviços, pergunto se a escravidão acabou ou foi reinventada, reconfigurada. Por que as estruturas sociais e institucionais insistem na sustentação das raízes da sociedade escravocrata, em pleno do século XXI? As respostas dessas perguntas se encontram na concretude da vida das comunidades quilombolas, das favelas e dos assentamentos precários, porque os sujeitos que vivem nelas guardam na pele a história da transformação de pessoas em objetos, em coisas e até mesmo em negros.

Bibliografia

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: Seu controle ou o Caos.** O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela.** A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2013.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Cala boca Calabar: a luta política dos favelados.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

NASCIMENTO, ABDIAS. **O Quilombismo.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais.** Rio de Janeiro, Dp&A, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.